

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DEGOIÁS
CÂMPUS ITUMBIARA
CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA**

**ELIANE MATILDES PACHECO
MICHELLY MORAIS BELCHIOR**

**INCLUSÃO ESCOLAR PARA SURDOS NA PERSPECTIVA
DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE**

ITUMBIARA-GO

2024



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Eliane Matildes Pacheco.

Matrícula: 20172040030230.

Título do Trabalho: Inclusão escolar para surdos na perspectiva da educação bilíngue.

Autorização - Marque uma das opções

1. (☒) Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. (☐) Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. (☐) Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- (☐) O documento está sujeito a registro de patente.
(☐) O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
(☐) Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Itumbiara-GO, 27/09/2024.

Local Data



Documento assinado digitalmente
ELIANE MATILDES PACHECO
Data: 27/09/2024 15:07:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Michelly Moraes Belchior.

Matrícula: 20171040030223.

Título do Trabalho: Inclusão escolar para surdos na perspectiva da educação bilíngue.

Autorização - Marque uma das opções

1. (☒) Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. (☐) Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. (☐) Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- (☐) O documento está sujeito a registro de patente.
(☐) O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
(☐) Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Itumbiara-GO, 27/09/2024.

Local Data



Documento assinado digitalmente

MICHELLY MORAIS BELCHIOR

Data: 27/09/2024 19:20:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

**ELIANE MATILDES PACHECO
MICHELLY MORAIS BELCHIOR**

**INCLUSÃO ESCOLAR PARA SURDOS NA PERSPECTIVA
DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca avaliadora do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Itumbiara, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Licenciado em Química.

Orientadora: Prof^ª Dra. Lígia Viana Andrade

**ITUMBIARA-GO
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P166i Pacheco, Eliane Matildes
 Inclusão escolar para surdos na perspectiva da educação
 bilíngue. / Eliane Matildes Pacheco, Michelly Moraes Belchior
 -- Itumbiara, 2024.
 28p. : il.

 Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Química) -
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás,
 Câmpus Itumbiara, 2024.

 Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lígia Viana Andrade.

 1. Inclusão escolar. 2. Surdez. 3. Educação bilíngue. I.
 Título. II. Belchior, Michelly Moraes. IV. Andrade, Lígia Viana
 V. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
 Goiás.

CDD 371.912

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Biblioteca Maria Gabriela Pacheco Pardey / Câmpus Itumbiara
Bibliotecário: Rosiane Gonçalves de Lima CRB1/1684

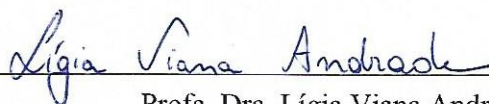
**ELIANE MATILDES PACHECO
MICHELLY MORAIS BELCHIOR**

**INCLUSÃO ESCOLAR PARA SURDOS NA PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO BILÍNGUE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca examinadora do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Câmpus Itumbiara, como parte dos requisitos para a conclusão do Curso de Licenciatura em Química e obtenção do título de Licenciado em Química.

Área de concentração: Ciências Humanas;
Educação; Educação Especial.

Aprovada em 23 de agosto de 2024.



Profa. Dra. Lígia Viana Andrade
Orientadora - IFG - Câmpus Itumbiara



Prof. Dr. Fernando dos Reis de Carvalho
Avaliador - IFG - Câmpus Itumbiara



Profa. Dra. Gláucia Aparecida Andrade Rezende
Avaliadora - IFG - Câmpus Itumbiara

RESUMO

Este trabalho investiga a inclusão escolar de alunos surdos a partir de uma revisão de literatura sobre a legislação e a história da educação bilíngue no Brasil. Além da etapa de revisão de literatura, foi realizada uma entrevista com dois professores bilíngues (português / Libras), que atuam em uma escola bilíngue do município de Itumbiara, Goiás. A pesquisa explora as dificuldades enfrentadas na inclusão de alunos surdos e as metodologias de ensino aplicadas para promover uma educação inclusiva e de qualidade. Quanto à metodologia adotada, na etapa de campo, há uma abordagem qualitativa para o tratamento dos dados, com estudo de caso, utilizando como fonte de coleta de dados, entrevistas com os dois professores bilíngues. A revisão bibliográfica aborda a história da educação de surdos, aspectos legais da inclusão e as diretrizes da educação bilíngue. Os resultados ressaltam o papel central da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na socialização e no processo de aprendizagem dos alunos surdos, além de destacar a necessidade de formação continuada dos professores para lidar com as demandas dessa comunidade. Apesar dos avanços observados, o estudo conclui que ainda há desafios consideráveis para alcançar a plena inclusão dos surdos no contexto escolar.

Palavras-chave: Inclusão escolar; surdez; educação bilíngue; Libras.

ABSTRACT

This study investigates the inclusion of deaf students in schools through a literature review on the legislation and history of bilingual education in Brazil. In addition to the literature review, interviews were conducted with two bilingual teachers (Portuguese/Libras) working at a bilingual school in the municipality of Itumbiara, Goiás. The research explores the challenges faced in the inclusion of deaf students and the teaching methodologies applied to promote inclusive and quality education. Regarding the methodology, a qualitative approach was used in the field stage, with case studies based on interviews with the two bilingual teachers as the primary source of data collection. The literature review covers the history of deaf education, legal aspects of inclusion, and bilingual education guidelines. The results highlight the central role of Brazilian Sign Language (Libras) in the socialization and learning process of deaf students, as well as the need for continuous teacher training to address the specific demands of this community. Despite observed progress, the study concludes that there are still significant challenges to achieving full inclusion of deaf students in the school environment.

Keywords: School inclusion; deafness; bilingual education; Libras.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	06
1.1	Objetivos.....	07
1.2	Justificativa.....	07
2	REFERENCIAL TEÓRICO	09
2.1	História da Educação Especial.....	09
2.2	História da educação dos surdos: desafios e propostas.....	11
2.3	Aspectos legais na educação de surdos.....	12
2.4	A língua de sinais	14
2.5	A Educação Bilíngue e as suas propostas.....	16
2.6	A educação bilíngue na escola regular	18
2.7	A aprendizagem da criança surda na filosofia bilíngue	19
3	METODOLOGIA	21
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	22
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
	REFERÊNCIAS	
	APÊNDICE	

1 INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é um processo complexo e político, que vai além do ato de matricular estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) em classes regulares. A inclusão também abrange mudanças de perspectivas nos espaços educativos, que permitam realizar um conjunto de medidas os quais atendam às demandas da diversidade e que, definitivamente, venham possibilitar que se encontrem oportunidade de desenvolvimento para todos (Mantoan, 2004).

São inúmeros os desafios enfrentados pela pessoa surda no cotidiano, entre diversos contextos sociais, mas particularmente, no que diz respeito ao contexto educacional. Os enfrentamentos, para ilustrar, vão desde os rótulos, estigmas, até a falta de profissionais que correspondam às suas necessidades enquanto estudantes. Estudantes surdos que frequentam escolas regulares mediante apenas a presença do intérprete, isto é, escolas que não adotam a Língua Brasileira de Sinais (Libras), descrevem como uma experiência solitária, pois não estabelecem relações efetivas com os demais pares escolares, quando professores, companheiros de classe e funcionários são ouvintes. Esse fator compromete o aprofundamento de suas relações, que são resumidas em trocas básicas de informações, por conta da não compatibilidade linguística (Lacerda, 2006).

Dentre as adversidades enfrentadas pelos surdos, destacam-se: os pré-conceitos, a falta de intérpretes, falta de conhecimento dos familiares e professores acerca das características próprias do surdo como: o uso da língua de sinais, a falta de recursos na escola, o desconhecimento e a falta de capacitação e formação continuada de professores, e funcionários da escola, que favoreçam a inclusão dos sujeitos surdos na educação de qualidade. As dificuldades e os desafios no âmbito escolar inclusivo ocorrem a partir da entrada da pessoa surda no universo predominantemente ouvinte (Quadros, 2003).

O presente estudo analisou como profissionais da educação recebem alunos surdos em uma escola bilíngue, tendo-se estabelecido como problema quais as dificuldades para a inclusão do aluno surdo e que metodologias são aplicadas atualmente nas escolas?

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta investigação foi analisar os desafios e as possibilidades que envolvem a inclusão de alunos surdos, considerando a perspectiva da educação bilíngue (Libras/Português).Libras

1.1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos desta pesquisa compreenderam:

- Organizar um levantamento bibliográfico que promovesse um debate acerca da importância das escolas bilíngues para a inclusão educacional do aluno surdo;
- Conhecer a formação inicial e continuada dos professores atuantes em escola bilíngue;
- Destacar a importância da Libras para o processo de socialização do aluno surdo.

1.2 Justificativa

Pesquisas que investigam o tema da inclusão escolar revelam-se socialmente importantes, pois abordam questões como respeito às diferenças e participação igualitária dos cidadãos. Configuram-se tais pesquisas, também, como um desafio, visto que são contextualizadas, isto é, precisam considerar a história, o ambiente, as trajetórias formativas de professores e alunos, seus saberes e experiências.

O presente trabalho justifica-se por tratar sobre a realidade vivenciada pelos alunos surdos e seus professores, inseridos em uma escola bilíngue (Língua Brasileira de Sinais como a primeira língua e Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua), aprofundando os questionamentos quanto aos conceitos de integração e inclusão e suas implicações no contexto educacional, cultural e social. Investigar sobre inclusão é de grande relevância, pois incentiva o respeito à diversidade e a garantia ao direito à participação social de cada pessoa, apesar de suas características.

A temática da inclusão social traz, como pressuposto, a ideia de uma sociedade que considera e acolhe a diversidade humana. As pessoas surdas ainda são desvalorizadas, tanto no

ambiente educacional quanto fora dele, conforme afirma Oliveira (2013). Pesquisas nesta área visam promover discussões que levem ao avanço da Educação nos aspectos que estejam relacionados à inclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Qual o verdadeiro significado de uma escola inclusiva? Uma escola em que o objetivo maior seja a garantia de sucesso a todos os alunos, sejam eles com necessidades educacionais especiais ou não? O princípio da inclusão passa pelo discernimento de que alunos são diferentes e desenvolvem meios diferentes de aprender. Por este motivo, a inclusão escolar abrange motivos para que a Educação se atualize e os professores aperfeiçoem as suas práticas, para que escolas públicas e particulares se obriguem a um esforço de modernização e reestruturação de suas condições atuais, a fim de responderem às necessidades de cada um de seus alunos, em suas especificidades (Mantoan, 2004).

Pensando a inclusão escolar dos alunos surdos, se faz necessário intensificar os olhares para as escolas, de modo a investigar as práticas educativas e as dificuldades frente à inclusão desta comunidade. Para que o processo de escolarização dos surdos alcance sucesso, se faz necessário reconhecer as peculiaridades linguísticas desses sujeitos e respeitar seus modos de construção e apropriação da linguagem (Schemberg, 2009). Para isso, é fundamental conhecer a surdez, o sujeito surdo e os caminhos educacionais a serem seguidos com essa população.

A etapa de revisão de literatura desta investigação passa pela História da Educação dos Surdos, abrangendo aspectos legais da inclusão em geral, descrevendo sobre a Educação bilíngue e suas propostas, a Libras e outras reflexões acerca da inclusão escolar de pessoas surdas.

2.1 História da Educação Especial

As escolas especiais são as principais responsáveis pelos avanços da inclusão, longe de serem responsáveis pela negação do direito das pessoas com necessidades educacionais especiais, de terem acesso à educação. Evidencia-se que a inclusão ou a exclusão das pessoas com deficiência estão intimamente ligadas às questões culturais.

O início da Educação Especial se deu no Brasil, no momento em que a sociedade vivia sob a influência do liberalismo, que sustentou as tendências republicanas e abolicionistas (Mazzotta, 1996). Até a década de 50, praticamente não se falava em Educação Especial. Foi a partir de 1970, que a educação especial passou a ser discutida, tornando-se preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e

estaduais e de classes especiais.

Nas décadas de 60 e 70 o atendimento educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, apresentou pequenas modificações, resultantes da luta por efetivação de seus direitos enquanto pessoas e, principalmente, pelo processo de democratização da educação.

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando a peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação (Jannuzzi, 2004 p.34).

Compreende-se que a educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de uma pessoa conviver com qualidade na sociedade, tendo, portanto, um caráter cultural acentuado, viabilizando a integração do indivíduo com o meio.

A educação especial surgiu com muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes e a educação inclusiva começou a ganhar força a partir da aprovação da Constituição de 1988, Declaração de Salamanca (1994), e da LDB (1996).

A Declaração de Salamanca (1994) é um marco primordial e o grande início da caminhada para a Educação Inclusiva. A inclusão é um processo educacional através do qual todos os alunos devem ser educados juntos, com o apoio necessário, na idade adequada e em escola de ensino regular.

Conforme afirma Mantoan (2004), escolas e instituições especializadas ainda resistem às mudanças provocadas pela inclusão, alegando motivos que expõem a rigidez organizacional dos serviços dispensados a seus alunos.

Pode-se imaginar o impacto da inclusão na maioria das escolas, especialmente quando se entende que incluir é ensinar a todas as crianças, indistintamente, em um mesmo espaço educacional: as salas de aula de ensino regular (Mantoan, 2004).

Historicamente, a educação especial vem sendo considerada como educação de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física ou múltipla, além dos estudantes superdotados e com altas habilidades, que também têm integrado o alunado da educação especial.

2.2 História da educação dos surdos: desafios e propostas

A história de pessoas com deficiências é marcada pela prática da segregação e exclusão social, quando possuir uma deficiência designava condutas exclusivas de medicalização, para enquadrar a pessoa nos padrões sociais da normalidade. Tais condutas reforçavam a inacessibilidade dos indivíduos com deficiência aos espaços de produção de conhecimento, gerando a realidade excludente de um sistema educacional que compreende a deficiência a partir da anormalidade, e não a partir da diferença (Almeida, 2015).

Partindo de relatos históricos, os gregos e romanos jogavam não apenas os bebês surdos, mas os que tivessem qualquer deficiência, de despenhadeiros, devido ao culto à perfeição que ambas as culturas tinham. Os gregos acreditavam que a fala era expressão do pensamento e que por não valarem verbalmente as pessoas surdas não pensavam e assim, não conseguiriam aprender e seriam um peso para a sociedade. Logo, deveriam ser eliminados. Já os romanos, por sua vez, por se tratar de um povo altamente militar, acreditavam que surdos não serviriam para combate (Strobel, 2008).

A história da educação dos surdos no Brasil é iniciada com a decisão de Dom Pedro II de promover a fundação de um instituto para a educação de surdos-mudos. Ele trouxe ao país um professor surdo francês chamado Edward Huet, o trabalho proposto pelo francês seguia a Língua de Sinais Francesa no Brasil. O instituto para surdos foi fundado por Huet em 1857.

Inicialmente chamado de Instituto de Surdos-Mudos, passando a receber o nome de Instituto Nacional dos Surdos Mudos. Funcionava como um internato e lá crianças e adolescentes estudavam conteúdos como Português, Matemática, História, Geografia, etc. O alfabeto manual francês foi difundido no Brasil pelos próprios surdos, alunos do instituto que logo recebeu o nome de INES- Instituto Nacional de Educação de Surdos e, segundo Veloso e Maia Filho (2009), pais de todo o Brasil levavam seus filhos surdos ao INES - Instituto que é referência até hoje na educação de surdos.

A educação dos surdos sofreu mudanças profundas e expressivas ao longo da história, especialmente com a introdução da língua de sinais no processo de ensino. Os mestres de surdos, por sua vez, tiveram grande visibilidade e reconhecimento, pois seus métodos, desenvolvidos de forma quase autodidata, para o desenvolvimento de seu trabalho, foram registrados e utilizados como exemplo, alguns deles presentes ainda na atualidade.

A educação das pessoas com deficiências se alicerçou historicamente em diferentes

discursos e práticas excludentes, e por muito tempo aceitas como verdades absolutas. Concepções segregacionistas, ora integracionistas, acompanhavam os discursos produzidos sobre a deficiência, e o resultado foram anos de exclusão linguística, cultural e social (Almeida, 2015).

2.3 Aspectos legais na educação de surdos

A inclusão é um assunto bastante polêmico, pois existe certa dificuldade em conviver com quem não anda não enxerga, não ouve, não fala ou simplesmente não acompanha o pensamento e as atitudes da maioria das pessoas.

A Lei Brasileira da Inclusão das Pessoas com Deficiência – LBI, Lei nº 13.146, de 2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, definiu no art. 3º as barreiras como sendo quaisquer entraves, obstáculos, atitudes ou comportamentos que limitem ou impeçam a participação social da pessoa. A LBI pode ser considerada o principal instrumento de conquista de emancipação política das pessoas com deficiência (Brasil, 2015).

A LBI em vigor no Brasil reforça o modelo social da deficiência ao enfatizar a necessidade de eliminação de barreiras e de promoção da participação plena das pessoas com deficiência em igualdade de condições com as demais.

No caso específico dos surdos, o Brasil pode contar com o apoio qualificado do INES e algumas outras instituições de educação em Língua de Sinais, no entanto, ainda há necessidade de haver promover uma inclusão de fato dos surdos na sociedade ouvinte, não só no âmbito educacional, mas também social.

A educação bilíngue de surdos no Brasil está amparada pela Lei e é recomendada pelo Ministério Nacional da Educação (MEC), como sendo uma proposta válida e eficaz para o ensino das duas Línguas reconhecidas pelo país, Língua Portuguesa e Libras, necessárias para a inclusão social efetiva destes sujeitos (Novaes, 2010).

O Decreto nº 5.626 de 22/12/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, em seu capítulo VI, artigo 22, determina que se organize, para a inclusão escolar: I – escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; II – escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes de diferentes áreas

do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como a presença de tradutores e intérpretes de Libras – Língua Portuguesa.

São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

Em relatos do MEC, a educação de surdos no Brasil precisa ser efetivada em língua de sinais, independente dos espaços em que o processo se desenvolva. A legislação do Brasil (Constituição Federal/88, LDB 9394/96 entre outras) prevê a integração do educando com necessidades especiais no sistema regular de ensino. Essa integração, no entanto, deve ser um processo individual, fazendo-se necessário estabelecer, para cada caso, o momento oportuno para que o educando comece a frequentar a classe comum, com possibilidade de êxito e progresso.

Dentre as legislações que criaram possibilidades de uma educação inclusiva para as pessoas surdas, destaca-se o reconhecimento da Libras como língua oficial da comunidade surda como uma grande conquista em prol da inclusão. Representou um avanço no sentido de eliminar barreiras que limitam a inclusão social das pessoas com deficiência, obtida pela comunidade surda, através da Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, a qual reconhece a “Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de expressão e comunicação e inclui a disciplina de Libras no currículo dos cursos de fonoaudiologia e de formação de professores” (Carrieri; Espíndola, 2012, p.4).

Além das questões legais que abrangem a Libras como meio de promover a inclusão, os profissionais de Atendimento Educacional Especializado (AEE) permeiam necessariamente as ações inclusivas das escolas, já que seu trabalho não envolve apenas atender ao estudante individualmente em uma visão segregada, e, sim, realizar interlocuções com os demais profissionais e setores da escola, de forma direta ou indireta, em favor do desenvolvimento dos alunos (Prieto, 2006). O Decreto nº 6.571/08 (BRASIL, 2008) definiu o atendimento educacional especializado (AEE) como um sistema de apoio à escolarização de alunos com NEEs como sendo [...] o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

2.4 A Língua de Sinais

O sujeito surdo percebe o mundo de modo diferente dos ouvintes. A língua de sinais e as experiências visuais são estratégias pelas quais os surdos criam meios de percepção e comunicação com o mundo. A imersão linguística das crianças surdas depende da família, da escola e de outras comunidades sociais que ofertem condições diferentes para comunicação, socialização e aprendizagem.

Entende-se que a Língua de Sinais é a língua natural da comunidade surda. Esta língua, com regras morfológicas, sintáticas e pragmáticas próprias, possibilita o desenvolvimento da pessoa surda, favorecendo o acesso desta aos conceitos e aos conhecimentos existentes na sociedade.

Em meio às línguas de sinais, encontramos a Língua Brasileira de Sinais (Libras), que tem adquirido maior visibilidade na sociedade, na medida em que se expandem os movimentos surdos a favor de seus direitos, conforme a cultura e a língua própria do povo surdo ao longo dos anos. É uma lei ainda recente, data de 2002, Lei Federal no 10.436/2002 (Lei Ordinária); Decreto no 5.626/2005; Lei no 10.098/2000, porém a luta pelos direitos dos surdos é longa. Dessa forma, podemos compreender aspectos importantes na relação entre surdos e ouvintes, o choque entre culturas e especificidades e metodologias de ensino.

A Libras apresenta através da técnica visual, descrição sinalizada que o alunosurdo passa a compreender e apreender a relação significado significante de modo correlacionado, coerente, constructo e ativo, menos fracionado e lacunar, mais compreensível e apropriado (Falcão, 2010, p. 27).

De acordo com Segala (2008), os parâmetros da Língua de Sinais são: datilologia, soletração rítmica, configuração das mãos, orientação espacial, expressões gestuais e expressões faciais e corporais. A autora ainda afirma que as pesquisas linguísticas têm demonstrado que as Línguas de Sinais são sistemas de comunicação desenvolvidos pelas comunidades surdas, constituindo-se em línguas completas com estruturas independentes das línguas orais.

Sabe-se que a Libras possui todos os elementos classificatórios identificáveis numa língua e demanda prática para seu aprendizado, sendo uma língua viva e autônoma.

O século XVIII é considerado o período mais fértil da educação surda, face ao aumentado número de escolas e do ensino da língua de sinais. Os surdos podiam aprender e

dominar diversos assuntos, bem como exercer várias profissões. Aconteceram altos e baixos na trajetória da luta pela oficialização da Língua de Sinais. Diversos países perceberam que essa língua deveria ser utilizada independentemente da língua oral, isto é, o surdo deveria utilizar sinais em determinadas situações e a oral em outras ocasiões, e não concomitantemente, como era feito.

A língua de sinais presente no ambiente familiar entre pais ouvintes e uma criança surda, efetiva a comunicação e o diálogo interpessoal e à medida que cresce e se desenvolve com competências e habilidades diferenciadas, a criança surda apreende novas regras sociais com a família e a escola sem maiores dificuldades (Falcão, 2010, p. 34).

Uma das funções da língua é promover o desenvolvimento cognitivo, facilitando a comunicação. De acordo com Vygotsky (1989), a criança que apresenta algum déficit sensorial não se desenvolve menos que outras crianças, apenas de forma diferente, apropriando-se do sentido de maneira própria e inerente à sua dificuldade.

Ao longo dos anos entendeu-se que a Libras é o processo natural para a socialização da pessoa surda; sua aquisição plena e natural tende a ser paralela a outra língua, que fornece o potencial para o acesso geral e comum ao conhecimento. O ambiente mais propício para sua aquisição seria a própria escola, que desenvolve atividades sociais que ajudam na aquisição do conhecimento.

A Língua de Sinais também pode ser aprendida, concomitante com uma segunda Língua, com a colaboração de uma segunda pessoa, que não seria o professor, mas um intérprete, o Intérprete da Língua de Sinais (ILS)

O ILS está presente em sala de aula com função mediadora dos conhecimentos, entre o professor e o aluno surdo assumindo a responsabilidade de transformar os sons e a fala, em sala de aula e em todos os ambientes educacionais, em 21 gestos, sinais e expressões faciais que sejam admitidos na visão dos surdos como língua e cognição. Mas nem sempre é assim (Falcão, 2010, p. 331).

Conforme Santana e Bergamo (2005), a Língua de Sinais é o fator que distingue o indivíduo surdo do ouvinte, aparecendo como elemento central para o desenvolvimento deste sujeito. Em contato com outro surdo que também use a língua de sinais, surgem novas possibilidades interativas, de compreensão, de diálogo, de aprendizagem, que não são possíveis apenas por meio da linguagem oral.

2.5 A Educação Bilíngue e as suas propostas

Existem três abordagens pedagógicas utilizadas na educação das pessoas com deficiência auditiva: oralismo, comunicação total e bilinguismo.

O oralismo é uma abordagem que visa à comunicação da criança surda na comunidade ouvinte, enfatizando a língua oral.

O oralismo, ou filosofia oralista, usa a integração da criança surda à comunidade de ouvintes, dando-lhe condições de desenvolver a língua oral (no caso do Brasil, o Português). O oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada através da estimulação auditiva (Goldfeld, 1997, pp. 30 e 31).

A comunicação total, conforme Goldfeld (1997), prega a completa liberdade na prática de qualquer estratégia, permitindo o resgate de comunicação, seja por meio de um método isolado ou pela combinação entre eles. Propõe uma maneira diferente de perceber o surdo, ou seja, como indivíduo diferente e não deficiente.

E o bilinguismo, faz uso da L1 (1ª língua: materna para o surdo) e L2 (2ª língua: língua portuguesa). O objetivo é levar o surdo a desenvolver habilidades em sua língua primária de sinais e secundária à escrita.

O Bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser Bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como Segunda língua, a língua oficial de seu país(...)os autores ligados ao bilinguismo percebem o surdo de forma bastante diferente dos autores oralistas e da Comunicação Total. Para os bilinguistas, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo assumir sua surdez (Goldfeld, 1997, p. 38).

De acordo com Quadros (1997), a proposta de educação bilíngue busca captar o direito das pessoas surdas a utilizar a língua de sinais tanto no seu processo educacional como em todas as situações de seu cotidiano, isto é, a língua de sinais fazendo parte da cultura surda.

As propostas educacionais dessa natureza começam a estruturar-se a partir do Decreto 5.626/05 que regulamentou a lei de Libras. Esse Decreto prevê a organização de turmas bilíngues, constituídas por alunos surdos e ouvintes onde as duas línguas, Libras e Língua Portuguesa são utilizadas no mesmo espaço educacional (Damazio, 2007 p. 20).

Após a promulgação da Lei 10.436 de 2002, a língua brasileira de sinais (Libras) passa a ser considerada oficialmente como a primeira língua dos surdos e o português como segunda

língua destes. Isso é reforçado com o Decreto 5.626/05, na qual consta que deve-se apoiar o uso e a difusão da Libras entre professores, alunos, funcionários, diretores e familiares que compõem a comunidade escolar.

Fernandes (2003) expande a ideia de educação bilíngue e aponta uma ideia de bilinguismo na educação, onde a comunidade de surdos é envolvida, não incluindo apenas os educadores, mas os familiares - surdos ou ouvintes – estendendo ao meio social em que vive o indivíduo, para proporcionar interlocuções constantes.

Uma das estratégias apresentadas no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 é:

4.7) garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - Libras como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos.

Entende que a educação bilíngue Libras – Português é:

(...) a escolarização que respeita a condição da pessoa surda e sua experiência visual como constituidora de cultura singular, sem, contudo, desconsiderar a necessária aprendizagem escolar do português. Demanda o desenho de uma política linguística que defina a participação das duas línguas na escola em todo o processo de escolarização de forma a conferir legitimidade e prestígio da Libras como língua curricular e constituidora da pessoa surda (Brasil, 2014 p.6).

Nesta concepção apresentada em relação à educação bilíngue, as duas línguas – Português e Libras – devem coexistir sem desvalorizar uma cultura em detrimento da outra, ou seja, sem que uma cultura - ouvinte ou surda - seja dominada por outra (Santana; Bergamo, 2005).

Em grande parte, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é a única possibilidade de acesso à educação que os surdos têm. O problema é que, conforme a comunidade surda apresenta nos documentos elaborados por ela, o AEE não garante a valorização da cultura surda, o uso da língua de sinais - que é a primeira língua dos surdos e muitas vezes nem ao menos uma figura de referência em relação à cultura surda, como um intérprete ou contato com grupos surdos, em muitos casos as escolas e suas equipes profissionais estão despreparadas para lidar com a cultura surda. Assim, o AEE garante apenas uma simples inclusão do surdo no universo ouvinte, demonstrando que ainda há um

domínio das representações ouvintes acerca da educação de surdos (Prieto, 2006).

A escola bilíngue deve ensinar todos, bilíngues e ouvintes, em todas as circunstâncias. Então é preciso trabalhar junto em seus diferentes papéis, mas coletivamente de forma que cada um se transforma à medida que transforma o outro, o conjunto de relações ao seu redor.

Os surdos necessitam viver uma história pedagógica diferente da dos ouvintes. Não porque sejam menos ou mais capazes, mas porque sua condição impõe/exige conhecimentos específicos (aliás, como os deficientes mentais, os cegos, os deficientes físicos...).(…) (Lodi; Lacerda, 2009, p. 113)

Neste sentido, é preciso que tenha uma implementação da abordagem educacional baseada na perspectiva bilíngue nas escolas, de forma que esse modelo de educação signifique o uso da língua de sinais e a incorporação da língua de sinais ao currículo escolar como língua principal na mediação das atividades pedagógicas, assim como, por exemplo, a língua portuguesa, bem como, a formação de professores, como medida necessária ao encaminhamento de questões essenciais à prática pedagógica (Goldfeld, 1997).

2.6 A educação bilíngue na escola regular

É direito do aluno surdo frequentar o sistema regular de ensino, porque é um cidadão com os mesmos direitos de qualquer outro. O art. 60 da Lei 14.191 de 2021, propõem que seja executada a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizastes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos (2021).

Simultaneamente, o aluno surdo deve ficar exposto ao modelo linguístico nacional, a Língua Portuguesa, pois é no ambiente de ouvintes que ele viverá todo o tempo e a aprendizagem de uma língua efetiva-se realmente quando há contato direto. Frequentando esse sistema o aluno surdo terá contato direto com vários aspectos da língua portuguesa, oralizada, escrita e orofacial.

A Educação Inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação,

at  nt  o utilizados são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. (Strobel, 2007, p.16)

O decreto n   5.626, de 22 de dezembro de 2005, garante às pessoas surdas, o direito    educação inclusiva, com adequações necessárias para o acesso    comunicação,    informação e    educação. Conforme o documento, Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Complementa que a formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue (Brasil, 2005).

Str  bel (2007) aponta que a necessidade educacional especial não é uma necessidade intrínseca do aluno com necessidades especiais nem muito menos uma condi     o sintomática t  pica de um determinado grupo etiológico, supostamente homog  neo.

Evidencia-se que o ponto inicial para aplicação do decreto n   5.626 (Brasil, 2005) no âmbito educacional é o conhecimento da Libras por parte de todos os envolvidos no processo. O conhecimento da linguagem de sinais é a forma de comunicação capaz de oferecer subsídios para a preservação e/ou desenvolvimento da comunidade surda, sendo a ferramenta que instrumentaliza o surdo e permite sua efetiva inserção no espaço escolar, sendo imperativo seu conhecimento por todos os envolvidos no processo de ensino.

2.7 A aprendizagem da criança surda na filosofia bilíngue

Com o entendimento de que a surdez é uma diferença cultural que possui sua própria língua gestual-visual, sua forma de aprender e entender o mundo diferente da forma ouvinte, Kyle (1999) defende a ideia de que toda criança surda deveria ser bilíngue. Para ele, o desenvolvimento escolar dos surdos são s  r   efetivo se a língua de sinais for aceita como língua materna ou primeira língua.

Na filosofia educacional bilíngue aplicada    Educação de Surdos, a língua falada no país é ensinada como segunda língua na modalidade escrita e, caso o aluno quisesse, na modalidade oral (Jokinen, 1999). Deste modo, o aluno surdo deve aprender a língua de sinais como primeira

língua, passando essa a ser utilizada no ensino de todas as áreas do saber.

Segundo Kyle (1999), a língua de sinais é natural para o surdo, pois é adquirida de forma rápida e espontânea, por isso a criança surda precisa ter acesso à língua de sinais o mais cedo possível, antes mesmo do seu ingresso na escola. Após aprender a se expressar através da língua de sinais, o aluno surdo aprende a se expressar por meio da escrita, tendo a língua de sinais como sua primeira língua e a escrita como sua segunda língua. Esse aluno deve saber associar a imagem à palavra escrita e expressá-la em

Dentro dessa proposta, Lacerda e Mantelatto (2000) afirmam que o bilinguismo visa à exposição da criança surda à língua de sinais o mais precocemente possível, pois esta aquisição propiciará ao surdo um desenvolvimento rico e pleno de linguagem e, conseqüentemente, um desenvolvimento integral. Os professores escrevem os conteúdos em português, sendo a avaliação também escrita. Entretanto, a explicação dos conteúdos é e deve ser feita em Libras, lembrando que a Libras é a primeira língua do surdo, sendo nela que o aluno surdo se expressa de forma natural. A linguagem de sinais é ensinada na disciplina Libras, que equivale à disciplina Língua Portuguesa, sendo essa ensinada nas escolas de ensino regular. Assim como a disciplina Língua Portuguesa, a Libras é ensinada ao longo de toda a vida escolar do aluno, para que a linguagem de sinais seja cada vez mais aprimorada por ele.

Logo, o bilinguismo é uma filosofia educacional, na qual, quando é aplicada à Educação de Surdos, há a associação da língua de sinais, a qual deve ser a língua materna do indivíduo surdo e expressada por meio de gestos, com a língua falada oralmente no país, sendo essa a segunda língua do surdo e expressado através da escrita e, se o aluno quiser, individualmente, expressado de forma oral (Jokinen, 1999).

A língua de sinais preenche as mesmas funções que a linguagem falada tem para os ouvintes. Como ocorre com crianças ouvintes, espera-se que a língua de sinais seja adquirida na interação com usuários fluentes da mesma, os quais, envolvendo as crianças surdas em práticas discursivas e interpretando os enunciados produzidos por elas, insiram-se no funcionamento dessa língua (Pereira, 2000).

A linguagem será construída nas interações estabelecidas pela criança, pois a aquisição do sistema linguístico surge da reorganização de seus processos mentais, conforme afirma Reis (1997). Aprender a se comunicar tem grande importância na formação da consciência, promovendo a ampliação da percepção de mundo, assegurando o processo de generalização, sendo, então, o elo de transmissão de informação e cultura entre a criança e o mundo.

3 METODOLOGIA

Para investigar a inclusão de alunos surdos, na perspectiva de professores de uma escola bilíngue de Itumbiara, essa pesquisa se organizou metodologicamente como sendo de abordagem qualitativa, do tipo exploratória, com duas etapas significativas: uma etapa bibliográfica e uma decampo.

Conforme Gil (1996), existe uma relação entre pessoas e o ambiente, que não conseguem ser traduzida em números. Para esta relação, se faz necessária a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados, pelas pessoas. Em um método de investigação, estes critérios explicam o modelo de pesquisa qualitativa.

A pesquisa do tipo exploratória proporciona maior familiaridade com o problema investigado, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado (Gil, 1996).

Deste modo, as pesquisadoras realizaram entrevista com dois professores de uma escola que pratica a inclusão de alunos surdos no município de Itumbiara. As perguntas norteadoras da entrevista encontram-se no roteiro apresentado no Apêndice A. Por meio das respostas coletadas, os objetivos específicos de conhecer a formação inicial e continuada dos professores, e caracterizar a metodologia escolhida para o ensino de alunos surdos, foram contemplados.

Para a etapa bibliográfica, utilizaram-se descritores, isto é, termos que promovem a indexação dos dados na internet e identificam os textos de interesse da pesquisa. Os descritores selecionados para esta pesquisa foram: surdez; ensino de surdos; bilinguismo; formação de professores. As bases de dados utilizadas foram a plataforma SciELO e o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Para a análise dos dados coletados nas entrevistas, as falas dos professores foram transcritas. Conforme Lüdke e André (1986), a entrevista pode ser organizada selecionando-se trechos dos depoimentos e conectando às questões norteadoras da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste estudo, a primeira etapa dos resultados foi uma pesquisa bibliográfica que utilizou como descritores os termos: surdez, inclusão, bilinguismo e formação de professores. Foram consultadas bases de dados cientificamente consolidadas, a plataforma SciELO e o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Os resultados desta seleção compreendem as seções 2.1 a 2.7 desta pesquisa, na qual abordaram-se temas desde a legislação compreendida para o ensino de surdos, a historicidade da Língua Brasileira de Sinais, a inclusão de pessoas surdas no ensino regular e outros aspectos de escolas bilíngues em português e Libras.

A segunda etapa realizada compreendeu a entrevista realizada em escola municipal bilíngue da cidade de Itumbiara – GO. A seguir, encontra-se a transcrição das entrevistas realizadas, acompanhadas das perguntas feitas aos professores participantes, que foram previamente contactados e concordaram em participar deste estudo. Os dois professores estavam juntos, no momento da entrevista, sendo que uma professora é surda, e esteve acompanhada de intérprete para que suas respostas fossem registradas em áudio. Concordaram com a gravação deste momento, de modo que a posterior transcrição do que foi conversado, se revelasse mais fidedigna.

Tabela 1- Entrevista

Questão 1: Quais as etapas (séries ofertadas) na escola?
Professor 1: Nossa escola oferta desde a educação infantil, porém do primeiro até o quinto ano do Ensino Fundamental, são as séries em que é ofertado o ensino de Libras.
Professora 2: A escola começa na educação infantil, com as turmas denominadas de Pré I, e vai até o quinto ano do ensino fundamental de primeira etapa.
Questão 2: Qual a faixa etária dos alunos que frequentam a escola?
Professor 1: No primeiro ano do fundamental, 6 anos completos, e vão até os 11 ou 12 anos, que são os alunos mais velhos, do quinto ano.
Professora 2: Começam com cerca de 4 a 5 anos na Educação Infantil, e vão até uns 12 anos, no 5º ano do ensino fundamental.
Questão 3: Se souber, explique quais os tipos e grau de perda auditiva dos alunos.

Professor 1: Nós temos três alunos com deficiência auditiva, sendo um deles, com surdez total. Outros dois são surdos oralizados, usam um aparelho auditivo e todos têm acompanhamento com a intérprete.
Professora 2: Exatamente, aqui na escola, há três alunos surdos, um deles tem surdez profunda, e os outros dois são surdos oralizados e usam um aparelho.
Questão 4: Sabemos que a escola é aberta para todos, porém há mais alunos ouvintes ou não ouvintes?
Professor 1: Temos mais alunos ouvintes, porque a escola oferece Libras para todos, permitindo uma comunicação efetiva com os alunos.
Professora 2: A maioria dos alunos é ouvinte e aprendem Libras junto com todos os outros.
Questão 5: A escola tem algum professor surdo, ou algum outro funcionário?
Professor 1: Sim, ela (ao lado) que é professora e é surda.
Professora 2: Somente trabalha aqui uma professora surda, que sou eu. Não temos outros funcionários surdos.
Questão 6: Se respondeu sim anteriormente como é a relação como os alunos ouvintes e não ouvintes com os funcionários da escola?
Professor 1: Os alunos conseguem se comunicar com a professora surda.
Professora 2: A relação da professora com os alunos é muito boa, existe sim comunicação porque os alunos aprendem Libras. Como tem Libras na grade, justamente por isso podemos ter uma comunicação entre professores-alunos e alunos-professores.
Questão 7: Quais são as escolhas metodológicas, frente à adequação do ensino para inclusão dos alunos surdos?
Professor 1: Os professores de Libras organizam o planejamento junto com os intérpretes para todos os alunos, tanto para os ouvintes como para os surdos, porque é a única escola que tem na grade a disciplina de Libras. Por exemplo, mostram para os alunos: a palavra é escrita, em português, falada, e depois fazem a datilologia (que é a expressão da palavra em sinais com as mãos) da palavra.
Professora 2: Na hora da elaboração dos planos de aula para os alunos surdos, nós escolhemos mais a parte visual, como os alunos surdos são muito visuais, para que haja essa comunicação efetiva entre surdos e ouvintes.
Questão 8: Na sala de aula, como o aluno surdo se comunica?
Professor 1: Os alunos surdos, ainda têm um pouco de dificuldades, porque não são alfabetizados ainda em português. Estão se desenvolvendo agora, aprendendo agora tanto Libras como primeira língua, quanto português como segunda. Encontram-se em etapa de adaptação.
Professora 2: Os alunos surdos estão no processo de alfabetização. Então uns sabem Libras um pouco mais, outros têm um pouco mais de dificuldade, mas eles estão num processo ainda, na escola.

Questão 9: Alguma outra pessoa no ambiente escolar também sabe usar a Libras? Se sim, quem?
Professor 1: Tem alguns profissionais que sabem, pois todos tivemos formação e curso de Libras, foi aplicado para os funcionários na escola. Alguns não dominam, mas vêm aprendendo aos poucos.
Professora 2: Alguns profissionais sabem, porque foi oferecido o curso básico de Libras na escola.
Questão 10: Qual foi sua formação (graduação e pós, se houver)? Você teve alguma capacitação sobre surdez e Libras?
Professor 1: A minha graduação é pedagogia, tenho uma pós-graduação na área de inclusão, cursos na área de Libras, atualmente estou fazendo Letras - língua portuguesa.
Professora 2: Sou formada em pedagogia, tenho duas pós-graduações em Educação especial e Inclusão, tenho uma pós em Libras também, e estava cursando a faculdade de licenciatura em Química, porém a matrícula está trancada, no momento, com intenção de retornar.

A transcrição da entrevista realizada trouxe uma compreensão mais aplicada do que havia sido teoricamente organizado a partir da etapa bibliográfica, pois permitiu conhecer a realidade local de uma escola bilíngue, contemplando o ponto de vista de professores que participam diariamente do processo de ensino.

Os aspectos práticos da escola dialogam com as teorias sobre inclusão e educação bilíngue, demonstra a abrangência da educação na escola e a tentativa de incluir alunos desde as fases iniciais. Isso está de acordo com a proposta de inclusão mencionada na etapa bibliográfica, que afirma que a educação deve começar o mais cedo possível, especialmente no caso dos surdos, para garantir o acesso precoce à Língua de Sinais e ao desenvolvimento integral do aluno.

À luz das entrevistas realizadas, organizam-se informações que estão alinhadas com a perspectiva de Strobil (2007), segundo o qual a Educação Inclusiva representa um novo paradigma educacional, que busca assegurar o acesso e a permanência de todos os alunos em um ambiente escolar acolhedor. Nesse modelo, os métodos anteriormente empregados de seleção e discriminação são substituídos por processos de identificação e eliminação das barreiras que possam prejudicar a aprendizagem.

A inclusão escolar de surdos deve reconhecer as particularidades linguísticas de cada aluno. A presença de alunos com diferentes graus de surdez ressalta a necessidade de adequações metodológicas, conforme destacado por Goldfeld (1997), que defende que as estratégias educacionais para surdos devem considerar suas diferentes capacidades auditivas e

linguísticas.

Mantoan (2004) orienta que a inclusão também engloba uma mudança de perspectiva nos espaços educacionais, com o objetivo de implementar um conjunto de medidas que atendam às demandas da diversidade. Na escola em que as entrevistas foram realizadas, a partir da fala dos professores, compreende-se que são realizadas essas medidas, que têm o propósito de proporcionar oportunidades de desenvolvimento para todos, garantindo que cada indivíduo possa alcançar seu potencial máximo.

A escola proporciona ensino de Libras tanto para alunos surdos quanto para os ouvintes, promovendo uma maior integração entre as duas comunidades.

Os professores entrevistados possuem formação em pedagogia e especializações em educação especial e Libras. Isso reforça o argumento do referencial teórico sobre a necessidade de capacitação contínua dos profissionais da educação para atender adequadamente as necessidades dos alunos com deficiência auditiva. O Decreto 5.626/05, mencionado no referencial, regulamenta essa formação, destacando a importância de docentes bilíngues na inclusão escolar.

As metodologias aplicadas, a integração de ouvintes e surdos, e a formação dos professores são elementos fundamentais para o sucesso da educação inclusiva, conforme discutido no referencial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas sobre inclusão orientam para a mudança de consciência das pessoas, além de promover reflexões sobre o regime político, econômico e institucional de escolas públicas. É preciso abordar a questão dos surdos nos jornais, nas reuniões familiares, nas conversas entre amigos - em todos os espaços - e particularmente na pesquisa científica. O conhecimento deve ser disseminado a todas as pessoas, para que possam se tornar conscientes das propostas de inclusão que envolvem surdos, além de outras pessoas com deficiências, permitindo-lhes expressar quais ações os fazem sentir-se integrados na sociedade. A promoção da conscientização, tanto dentro quanto fora da escola, poderá abrir novos caminhos e construir, na diversidade, uma educação diferenciada, que impacte todas as pessoas e que siga um currículo centrado na diversidade.

Considera-se de suma importância o estudo aqui apresentado, como um incentivo à novas pesquisas na área da inclusão, pois é evidente a carência de apoio fornecido pela maioria das instituições na implementação da política de inclusão escolar. Muitas vezes, os recursos e estratégias disponíveis não são suficientes ou eficazes, o que ocorre paralelamente à falta de compreensão por parte dos professores e da comunidade em geral, em relação às políticas inclusivas.

Destaca-se, também, a importância da presença de profissionais especializados para oferecer suporte aos docentes, no caso de escolas regulares, o profissional intérprete de Libras, que possa realizar a mediação para alunos surdos. Esses especialistas podem auxiliar na elaboração e adaptação de recursos e estratégias, além de compreender as necessidades do aluno surdo.

Espera-se que novos estudos nacionais abordem essa temática, na área da docência, bem como da atuação de profissionais de outras áreas, que possam promover o ensino de qualidade, além de ampliar a permanência dos alunos surdos em todas as etapas da Educação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, W. G. A educação de surdocegos: novos olhares sobre a diferença. In: ALMEIDA, W.G. (org.). **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente** [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/m6fcj/pdf/almeida-9788574554457.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB, Lei nº 9394/1996. Brasília: BRASIL, 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 10 jun. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da] União, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 10 jun. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Brasília: BRASIL, 2008.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] União, Brasília, 6 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 dez. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília: BRASIL, 2021.
- CARRIERI, S.; ESPÍNDOLA, C. M. **Sistema de cotas para pessoas com deficiência: ação afirmativa para promoção do acesso à universidade**. UFSC, 2012. Disponível em: <http://coloquio2012.paginas.ufsc.br/files/2013/02/ARTIGOS-APROVADOS-XII-COLOQUIO.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento educacional especializado para pessoa com surdez**. Curitiba: Gráfica e Editora Cromos, 2007.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, 1994, Salamanca, Espanha.
- FALCÃO, L. A. **Surdez, cognição visual e Libras: estabelecendo novos diálogos**. São Paulo: Editora Luiz Alberico, 2010.
- FERNANDES, E. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2. ed. São Paulo: Plexus, 1997.
- JANNUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea).
- JOKINEN, M. Alguns pontos de vista sobre a educação dos surdos nos países nórdicos. In: SKLIAR,

C. (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos**. v. 1. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 105-127.

KYLE, J. O ambiente bilíngue: alguns comentários sobre o desenvolvimento do bilinguismo para os surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos**. v. 1. Porto Alegre: Mediação, 1999.

LACERDA, C. B. F.; MANTELATTO, S. A. C. As diferentes concepções de linguagem na prática fonoaudiológica junto a sujeitos surdos. In: LACERDA, C. B. F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M. C. (Org.). **Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngue**. São Paulo: Plexus, 2000.

LACERDA, C. B. F. A cultura surda e os intérpretes da Língua de Sinais. **Revista Educação Temática Digital**, v. 7, n. 2, p. 135-143, 2006.

LODI, A. C. B.; LACERDA, C. B. F. **Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Revista CEJ**, v. 8, n. 26, p. 36-44, set. 2004. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/622>. Acesso em: 24 nov. 2022.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

NOVAES, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Codex, 2010.

OLIVEIRA, M. R. de. **Inclusão de surdos na educação infantil: algumas reflexões**. Monografia: curso de Pedagogia da UFPB. João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/4033/1/MRO03122013.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2023.

PEREIRA, M. C. C. (Org.). **Libras: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

PRIETO, R. G. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil**. In: Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001602551>. Acesso em: 05 fev. 2023.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R. M. de. Situando as diferenças na educação de surdos: inclusão/exclusão. **Ponto de Vista**, Florianópolis, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1246> Acesso em 04 mar. 2023.

REIS, V. P. F. A linguagem e seus efeitos no desenvolvimento cognitivo e emocional da criança surda. **Espaço Informativo Técnico Científico do INES**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 23-38, 1997. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/80>. Acesso em: 05 fev. 2023.

SANTANA, A. P.; BERGAMO, A. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas.

Educação e Sociedade, v. 26, n. 91, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hxDxvJQjCZy8MCdBGLgGNnK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 fev. 2023.

SEGALA, S. R. **Libras Língua Brasileira de Sinais: a imagem do pensamento**. v. 1. São Paulo: Editora Escala, 2008.

SCHEMBERG, S. Educação escolar e letramento de surdos: reflexões a partir da visão de pais e professores. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 437, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsbf/a/QC4s3hBVqh7kRbH48cG5gnB/?lang=pt>. Acesso em: 01 fev. 2023.

STROBEL, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

VELOSO, É.; MAIA FILHO, V. **Aprenda Libras com eficiência e rapidez**. vol.1. Curitiba,PR: Mãos Sinais, 2009.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos de defectologia**. Cidade de Havana: Pueblo y Educacion,1989.

APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Quais as etapas (séries ofertadas) na escola?
- 2) Qual a faixa etária dos alunos que frequentam a escola?
- 3) Se souber, explique quais os tipos e grau de perda auditiva dos alunos.
- 4) Sabemos que a escola é aberta para todos, porém há mais alunos ouvintes ou não ouvintes?
- 5) A escola tem algum professor surdo, ou algum outro funcionário?
- 6) Se respondeu sim anteriormente como é a relação como os alunos ouvintes e não ouvintes com os funcionários da escola?
- 7) Quais são as escolhas metodológicas, frente à adequação do ensino para inclusão dos alunos surdos?
- 8) Na sala de aula, como o aluno surdo se comunica?
- 9) Alguma outra pessoa no ambiente escolar também sabe usar a Libras? Se sim, quem?
- 10) Qual foi sua formação (graduação e pós, se houver)? Você teve alguma capacitação sobre surdez e Libras?